

ORÇAMENTO E PLANO 2015

António Soares Marinho

25 de Novembro de 2014

Senhora Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Membros do Governo

Os Açores estão mais pobres.

A economia açoriana vive momentos de regressão. Já ninguém nega a situação dramática que existe em termos sociais.

Assiste-se à redução do nível de produção de riqueza. A pobreza alastrou. São atingidos máximos históricos no número de desempregados. São em número preocupante as pessoas que já só sobrevivem devido ao recurso a apoios sociais.

É um tempo de enorme preocupação. As pessoas precisam de respostas. Mas, até aqui, o que temos visto é um governo desfeito em desculpas.

Como temos dito vezes sem conta, é tempo de passar às soluções. É delas

que os Açores necessitam, sob pena de as gerações futuras de Açorianos serem penalizadas irreversivelmente.

E é essa irreversibilidade iminente que torna este um tempo inadiável para encontrar respostas. É urgente questionar e avaliar as opções adotadas nos últimos anos de governação.

Já alguém deste governo, e da maioria que o apoia, parou para pensar nos motivos que levam a que dos cerca de dois mil desempregados que existiam nos Açores no início deste século XXI se atinjam os números dez vezes superiores de hoje em dia?

Já alguém tomou consciência de que esta anormalidade se deve à incapacidade de o tecido económico açoriano gerar o emprego suficiente, assegurando rendimentos às pessoas e criando a riqueza necessária a uma economia saudável e capaz de melhorar a situação social de todos os Açorianos?

Já alguém teve o bom senso de constatar, depois de quase vinte anos deste modelo socialista de governação, que essa incapacidade não é imputável às empresas e aos empresários açorianos? Que tem apenas a ver com o modelo seguido, com propósitos à vista de todos? Propósitos que têm como principal objetivo a criação de dependências de natureza diversa, onde pontua uma certa forma de utilização de dinheiros públicos que visa assegurar a continuidade no poder pelo poder?

Entre os que governam os Açores há dezoito anos, e de forma particular os que assumem há dois anos as rédeas do poder, já alguém refletiu sobre a estratégia que tem vindo a ser seguida? Não está mais do que visto que é tempo de se começar a pensar nos Açores assentes num modelo que privilegie, essencialmente, a iniciativa dos Açorianos? Um modelo cujo motor esteja centrado na sociedade e não no governo? Um modelo em que a intervenção pública se cinja à criação de condições favoráveis ao exercício da atividade empresarial e que propicie às famílias o acesso, por si próprias, a condições de vida mais favoráveis?

Se alguém pensou nesses termos, terá sido rapidamente abafado no seu pensamento. Porque, de outra forma, os resultados não seriam desastrosos como os que hoje existem para apresentar.

Como bem sabem e sentem os Açorianos.

Senhora Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Membros do Governo

As famílias desesperam e vêem esvair-se a esperança de que melhores

dias virão. Vivem momentos de enorme aflição. O desemprego é uma realidade presente na sociedade açoriana, onde se atinge a taxa mais elevada do país. Bate à porta de inúmeros lares açorianos. A falta de rendimentos associada origina situações dramáticas. Somos confrontados diariamente com a falta de capacidade de muitas famílias em suprir as suas necessidades básicas, situações em que as crianças e os jovens constituem o principal motivo de preocupação.

Os empresários procuram, a todo o custo, motivos para não deixar cair os braços. Tentam passar este momento de dificuldade sem terem necessidade de recorrer a medidas drásticas.

Mas são muitas as empresas que não conseguem furtar-se a decisões muito dolorosas para os seus responsáveis. Vêm-se obrigadas a dispensar colaboradores, o que obviamente fazem em última instância.

Algumas, já nem isso conseguem. Não lhes restou outra alternativa que não a de evoluir para processos de falência. Ainda nos últimos dias se soube da existência de inúmeros pedidos de insolvência. Pedidos que se estendem também a famílias. Um e outras sem capacidade para solver os seus compromissos. No caso das últimas, ouvia-se há uma semana que “em outubro deram entrada nos tribunais da Região mais de sessenta pedidos de insolvência”.

No entanto, do lado de quem governa, assiste-se, por mais um ano, ao

bater da mesma tecla. A estratégia subjacente a este orçamento não difere da dos anteriores. Não se pode esperar, conseqüentemente, que não conduza aos resultados a que os anteriores nos conduziram.

E as desculpas já são intoleráveis. Chegam a ser insultuosas.

Certamente que nem tudo tem a ver com opções internas.

Desde logo, o que decorre dos constrangimentos naturais que bem sentimos.

Os Açores serão sempre uma região insular afastada mil e muitos quilómetros dos mercados mais próximos. E serão sempre um mercado que se divide em nove porções, com mar pelo meio, que obviamente dificulta as trocas internas. São uma economia dependente que sofre as conseqüências das convulsões daqueles com quem se estabelecem relações económicas.

Lamentavelmente, para este governo, o mais fácil tem sido desistir e não procurar soluções que possam atenuar esses fatores desfavoráveis.

Só que o cansaço nunca pode rimar com política.

Neste, como noutros domínios, só é preciso voltar a existir algo que anda desaparecido: um governo.

É que apresentar como razões de crise aquilo que serve de desculpa é um mero artifício que visa esconder a incapacidade de se criarem soluções que ajudem a vencer os obstáculos lançados pela frente.

Naturalmente que a crise mundial, europeia ou portuguesa têm também culpas no cartório.

Obviamente que a política de austeridade a que foi necessário recorrer perante a bancarrota a que Sócrates conduziu Portugal é penalizante também para os Açores.

Mas tentar imputar culpas exclusivamente a fatores importados, como recorrentemente é feito, é desculpa que não colhe. Porque há, evidentemente, fatores que têm limitado uma evolução favorável da economia e da sociedade açorianas que estão apenas localizados nestas nove ilhas. E têm como responsáveis únicos aqueles que governam os Açores.

A esse propósito, líamos há três dias as declarações de alguém com responsabilidades empresariais de importância acrescida. Referia que “já se notam sinais de retoma que ainda não se estão a refletir nos Açores”.

Daí, a pergunta para a qual o governo se furta a dar resposta:

Por que razão a situação vai paulatinamente melhorando no país, enquanto nos Açores se mantêm escassos, ou quase nulos, os motivos de esperança que se podem dar aos Açorianos?

Senhora Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Membros do Governo

O PSD/Açores, através do seu Presidente, quis aprofundar o conhecimento desta realidade que se tem degradado em permanência. Na preparação deste que é o debate parlamentar mais importante do ano, e perante a necessidade de conhecer os problemas de forma ainda mais profunda, partiu para o terreno.

Foi falar com os Açorianos. Quis vir para este debate com o seu sentir. Obteve, em cada um dos dezanove concelhos dos Açores, a percepção de um estado de espírito que tem contornos ajustados aos que foram descritos. E encontrou, também e felizmente, uma “jóia” inestimável: uma grande vontade de “dar a volta”.

É essa força mobilizadora dos Açorianos que deveria ser estimulada por quem governa. Infelizmente, tem sido desprezada pelo governo.

E os números são demasiado cruéis.

São o que são. Esclarecedores, desde logo. Ao longo dos próximos dias, a preocupante situação a que se chegou será por nós escalpelizada. E constataremos, novamente, que os resultados são lastimáveis.

O preocupante é que são mais do que meros números. São pessoas. E os testemunhos de Açorianos que obtemos no dia a dia, e em particular os

obtidos no trabalho desenvolvido nas últimas semanas, não deixam margem para dúvidas.

Cada número é um Açoriano. E em cada um existe uma preocupação. Muitas das vezes, patenteando situações de enorme aflição. Em todas as ilhas. Em cada um dos dezanove concelhos.

E voltamos mais uma vez às desculpas do governo. Os Açorianos dizem que as ouvem. Mas dizem, também, que ficam em total insatisfação. Porque o que anseiam é por medidas que resolvam os seus problemas.

Às desculpas não se associa vontade de governar. Governar é construir soluções. E estas, pura e simplesmente, esfumaram-se.

O orçamento e o plano, que agora estamos a debater, são justamente o terreno propício para esse efeito. Devem ser ajustados aos problemas que vão surgindo. Não sendo a panaceia para todos os males, devem ser um instrumento dinâmico.

Ora é isso que não tem acontecido. E é isso, mais uma vez, que volta a não acontecer.

As opções mantêm-se.

Corre-se atrás dos problemas. Remedeia-se a triste situação em que se encontram as famílias açorianas. Não se resolvem as suas dificuldades. Amacia-se. Não se atacam os problemas de forma consistente.

Não se abrem, também, grandes perspetivas às empresas. Algumas até

sentem um ligeiro alívio porque lhes vai ser pago aquilo que o governo lhes deve. Há meses, ou até anos. Mas, olhando para o que está previsto, os empresários só dizem, resignados: “do mal o menos”.

Os parceiros sociais já fizeram as contas e chegaram à conclusão que muito do que se encontra inscrito no Plano se destina a pagar opções que já produziram efeitos no passado. Outra parte significativa nem sequer se destina a investir no futuro dos Açores. Limita-se a cobrir o funcionamento do governo. Inclusivamente com soluções faustosas. Quanto muito, apenas um terço do que se prevê como investimento público terá impacto na criação de riqueza e emprego.

Falar em grandes valores exige, por isso, que se digam também grandes verdades.

Nunca ninguém duvidou que é muito o dinheiro que o governo tem à disposição. “O maior de sempre” é a ladainha que os Açorianos se habituaram a ouvir. Mas é justamente por isso que questionam por que motivo a sua aplicação não se repercute na melhoria das suas condições de vida. Pelo contrário. Quanto mais dinheiro tem havido, maiores têm sido os seus problemas.

Foi interessante, aliás, ver a reacção concordante de muitos Açorianos, nos dezanove concelhos dos Açores, ao ouvirem o Presidente do PSD/Açores referir que “de maiores de sempre em maiores de sempre,

este governo conduziu os Açores à maior crise de sempre”.

Confirmaram, afinal, que dinheiro em bolsa de governo não é sinónimo de felicidade na vida do cidadão. Neste caso, tem sido justamente o oposto.

Senhora Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Membros do Governo

A dança dos milhões já começou. O discurso de abertura deu o tom. Apostamos que vai continuar com o séquito de seguidores que por aí vem. Da parte bancada do governo e alguns da bancada do partido que o apoia. Outros, nesta última, terão uma postura recatada. Alguns, quem sabe, terão mesmo de ficar calados. Seria esclarecedor ouvir o que têm para nos dizer. Mas compreendemos e saudamos com respeito quem assim vai ter de estar neste debate.

Este será mais um ano de reincidência. Nas opções, nos pagamentos do passado e no simples amaciar dos problemas. Não há construção do futuro.

Temos consciência, no entanto, de que há factores no próximo ano que poderão dar um impulso aos Açores. Notícias vindas de fora no passado recente poderão ser favoráveis e, assim, minimizar os danos decorrentes das opções teimosamente mantidas ano após ano. As que têm conduzido à situação dramática que se está a viver.

Melhor seria, contudo, se as expectativas que se encontram criadas no domínio fiscal ou no domínio das acessibilidades aéreas fossem acompanhadas de um quadro orçamental mais amigo dos Açorianos.

Infelizmente, as opções pararam no tempo.

Pertencem a um governo também parado. Acabrunhado. Desanimado.

Embora pleno de soberba. Com arrogância... quanto baste.

Já não é possível dar benefício à dúvida.

Obviamente, não acompanharemos um governo que se rendeu.

Porque achamos que os Açorianos podiam ter melhor sorte.

Disse